

MEMÓRIA E A IMPOSIÇÃO DO SILÊNCIO NA PARAÍBA, DEPOIS DE 1930

Clara Suassuna Fernandes

Professora da UFA. Doutoranda pela UNICAMP

Nossa história foi construída no esquecimento...

Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida, negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante.

(NOVAES, 1992: 9)

Acredito que grande parte da nossa história, realmente, foi montada a partir do *esquecimento* de certos fatos, para que houvesse a reelaboração daquilo que poderia ser interessante para a ala dominante do governo. Deixar que esses fatos permaneçam no esquecimento é uma atitude que o historiador tem que combater. Este é o meu, o nosso papel. Há fatos que precisam ser revistos pela historiografia brasileira, quando se trata da primeira etapa da República, a República Velha.

No final dos anos 20 e início do anos 30, o sistema de governo dava sinais de que não iria agüentar por muito mais tempo. A mudança viria, mas como? Esta era a grande questão. Uma tendência começava a ganhar corpo, a *Aliança Liberal*, tendo como ponto de apoio o gaúcho Getúlio Vargas, que já vinha atuando na velha política dos coronéis ligados aos interesses do “Café-com-Leite”, prática política que unia os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro na indicação dos sucessivos Presidentes do país.

Nos últimos anos da década de 20, a crise se agrava, especialmente quando Washington Luís assume o poder, pois naquele momento a Aliança Liberal começa a se expandir, juntamente com o poder de Getúlio Vargas vai ganhando terreno e congrega vários políticos na composição da chapa para as eleições de 1930. João Pessoa aceita ser o vice de Getúlio. Júlio Prestes, representando a ala do Governo, sai vitorioso, mesmo assim não toma posse, pois o país é sacudido

por uma revolta, conhecida como *Revolução de 1930*. É Getúlio Vargas quem assume a Presidência do país.

Fatos que aconteceram na Paraíba antes da *Revolta* são apontados como os pré-causadores da Revolução. São esses fatos que constituem o objeto de estudo deste trabalho. Muitas vezes a historiografia nacional tem acesso à documentação apenas pela imprensa oficial e nem sempre a interpretação dos fatos aí contida coincide com a análise feita por aqueles que vivenciaram esses mesmos fatos. Assim, visando estabelecer um confronto entre possíveis divergências de opiniões, estou tomando como fonte, além de uma bibliografia regional, e jornais da época, também depoimentos orais de pessoas que vivenciaram aquele período, mas que nunca foram ouvidas, pelo menos num âmbito mais amplo. Daí o meu interesse em resgatar essa memória dentro de uma abordagem científica.

Essas pessoas tiveram oportunidade de relatar suas histórias em um ambiente familiar. *Que os vencidos sejam ouvidos*, como propõe a obra de Edgar De Decca, uma das poucas (sobre a história da Primeira República) que tem como objetivo reanalisar o que seria e quando teria se dado a Revolução de 1930. Agindo assim, ele quebrou todas as sacralizações estabelecidas pela historiografia.

Não se pode negar que o prof. Dr. De Decca questionou todo um processo. É este o nosso papel, quando estamos trabalhando com depoimentos e memórias? Seria essa a razão pela qual há tanta resistência em aceitar a técnica de *História Oral*? Seria pretensão da minha parte tentar ouvir as vozes de quem foi obrigado a se calar? Acredito que não. Há um emaranhado de fios e de lutas que precisam ser desfeitos e explicados. E como isto se faz? Simplesmente quebrando o silêncio e utilizando a palavra. Como bem lembra NOVAES (1992, p. 28),

“É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra no fundo inseparáveis, são a condição de possibilidade do tempo reversível”.

A *Geração de 1920/1930* tem que contar a sua interpretação da história, antes que seus membros desapareçam e a memória daqueles acontecimentos permaneça viva somente através de seus descendentes e aos poucos vá se perdendo. Nesses casos, além do desgaste natural ocasionado pelo tempo, os fatos vão sofrendo modificações devido às filtragens naturais feitas por aqueles que os recontam. De acordo com NOVAES (1992, p. 27), “*A memória vive do tempo que passou e, dialeticamente, o supera*”. Como se daria essa superação? A

partir do novo contar dos fatos, da reelaboração deles, que surge com a nova interpretação, com rejeições ou aceitações de aspectos só agora percebidos.

Os fatos em questão começam no final dos anos 20, em particular em 1928, quando João Suassuna deixa a cadeira de presidente da *Parayba*, passando-a para João Pessoa, futuro aliado de Getúlio Vargas pelo Partido Liberal. Há uma terceira pessoa, João Duarte Dantas, jornalista e advogado, que trabalha na imprensa e é ferrenho opositor de João Pessoa. Como jornalista, Dantas escreve artigos contra a aliança do Pessoa com Vargas e é travada uma luta de insultos mútuos, pois a imprensa oficial do governo, a *União*, defende o presidente do Estado. Por sua vez, João Suassuna, ex-governador, continua fiel à política dos coronéis e a Washington Luís, desligando-se da aliança com os Pessoa.

Um outro agravante precisa ser mencionado, a esposa de João Suassuna, Rita Dantas Villar Suassuna, era prima legítima de João Dantas. Por último, a maioria da família Dantas é a principal pivô do conflito de Princesa, juntamente com José Pereira, revolta que acontece na Paraíba, mas especialmente no sertão, pois os agricultores de algodão não querem se desligar do porto do Recife (principal porta de saída dos produtos paraibanos), e muito menos deixar de vender a sua matéria prima para a família *Lundreng*, possuidora de uma indústria de tecidos, em Paulista, Pernambuco.

João Pessoa desejava acabar com o beneficiamento desviado para o porto do Recife e transferi-lo para Cabedelo, reivindicação apoiada pela burguesia paraibana, grande incentivadora de João Pessoa. Foi travada uma luta durante quase sete meses.

Tenho certeza de que as tropas do estado e o próprio governo não acreditavam que o conflito tivesse um período tão longo. Houve inúmeras perdas, muita fome, pois as tropas do governo não conheciam a área do sertão tão bem quanto aqueles que lutavam pelas tropas de Princesa, e não agüentavam as condições de sobrevivência e de luta. A luta com os *cangaceiros* era de guerrilha e de dia os soldados saíam perdendo. Os opositores de João Pessoa, que apoiavam o movimento de Princesa, de que não aceitavam suas atitudes eram denominados de cangaceiros de gravata, ou simplesmente, cangaceiros. Nesse grupo estavam as famílias Dantas, Suassuna e/ou Pereira. Esta denominação foi encontrada nos jornais da época e no livro de João Lélis e Adhemar Vidal¹.

1. LÉLIS, J. & VIDAL, A.: *Revolução Paraibana*.

O Jornal do Commercio do Recife, órgão da imprensa que apoiou João Dantas, o acolheu, deixando que publicasse seus artigos críticos ao sistema liberal e ao governador da Paraíba. João Dantas imputava João Pessoa como sendo o principal responsável pela *Revolta de Princesa*. Acusava o presidente do Estado paraibano de perseguir todos os inimigos políticos, utilizando-se de métodos de força e de brutalidade.

Não só o município de Princesa é atacado por tropas do governo local, onde Zé Pereira, principal articulista do movimento, era chefe político, mas também Campina Grande, Piancó, Teixeira, Taperoá, Patos e outros.

Devido à luta política que se travou entre Dantas e Pessoa, as conseqüências tornam-se graves. João Dantas mata João Pessoa na confeitaria Glória, na rua da Imperatriz, no centro do Recife, na capital pernambucana, devido às perseguições. Tais perseguições chegaram ao âmbito particular e antes da morte de João Pessoa, Duarte Dantas teve que se refugiar em Pernambuco. A casa do jornalista, na Paraíba, fora invadida por ordem de José Américo, então delegado de polícia da capital. De lá foram tirados documentos e cartas pessoais ditas imorais, que ficariam à disposição no hall da imprensa do jornal União, *para quem quisesse ver*. João Dantas foi atingido por uma bala e seu cunhado fora acusado de ser cúmplice no crime. Também fora preso, pois ele estava dando moradia a Dantas, em Olinda, desde da sua corrida da Paraíba. O Dr. Augusto Caldas nada teve a ver com a morte do presidente paraibano, mas assume publicamente todas as ações.

É dito pelo diretor do presídio do Recife que o Sr. Caldas nada sofreria, mas este pagou com a própria morte, pelos laços de família que tinha com João Dantas. Outras pessoas são envolvidas nesta trama: João Suassuna, que neste momento não está mais aliado aos Pessoa, fica impossibilitado de permanecer na Paraíba e toda sua família corre para Natal, Rio Grande do Norte. João Suassuna e sua família recebem o apoio dos *Lundreng* e eles se refugiam em Pernambuco. De Pernambuco, João Suassuna parte para o Rio de Janeiro, para se defender perante a Assembléia, das acusações de agir conjuntamente com Dantas. A única *defesa* que preparou foi uma carta, encontrada no bolso do seu paletó, destinada a sua mulher, na qual afirmava que estava sendo seguido. Pede que a família não vingue a sua provável morte. A sua voz é silenciada, assim como de sua família. A defesa foi o silêncio e a *fuga* para o interior da Paraíba. A própria morte é o silêncio mais profundo.

Como tornar o silêncio em linguagem? Através das pessoas que permaneceram e que, mesmo com a *Revolução Vitoriosa*, continuaram sendo perseguidas. O calar era a única maneira de sobreviver. Só o tempo foi capaz

de quebrar este silêncio e a linguagem ser utilizada. O tempo fez com que a ameaça não existisse mais, pois a própria política no país mudou. O tempo pode diluir a dor e assim os fatos podem ser relatados.

TEMPO – FALAR – HISTÓRIA ORAL

Não entrevistei todas as pessoas que pretendo, mas duas delas me chamaram atenção, em particular: Beta Suassuna Fernandes e Germana Villar Suassuna – filhas de João e Rita Suassuna; em dois pontos as duas, praticamente, falaram com as mesmas palavras:

As perseguições e os refúgios a que se submeteram, com o restante da família, para não serem massacrados pelos liberais.

A volta para a Paraíba, mas, especialmente, para a Acauã, no interior do estado, nome de uma fazenda de propriedade de João Suassuna.

As residências do perrepistas foram quebradas; retratos dos políticos existentes em órgãos públicos destruídos; pessoas foram perseguidas nas ruas.

“D. Albertina Lins, da família Dantas, saiu à rua, no período da vitória da revolução, com um vestido verde, e o povo a perseguiu para bater nela. Ela saiu correndo e aos gritos, dizia que era liberal. A cor dos liberais era *Vermelha*”, e não verde, que pertencia aos perrepistas. – depoimento de Beta Fernandes. Ela disse-me que todos da sua família (Suassuna) acharam graça. Na verdade, era através dessas pequenas *vinganças*, que iam conseguindo forças para sobreviver.

A própria morte do pai foi posta em dúvida por elas, pois acreditavam que a qualquer momento João Suassuna retornaria daquela viagem interminável. Ou pela certeza inversa que João Suassuna Filho teve, ao ver o pai pela última vez, sabia que não tornaria a vê-lo. Ele já estava com 14 anos e sabia o que acontecia, politicamente, em seu estado. A família soube do seu falecimento através da imprensa.

A volta da família Suassuna a *Parayba* foi uma festa para as crianças, que, apesar de estarem sofrendo a perda do pai, voltavam para a fazenda. Descreveram-me o cheiro da terra e a aventura de atravessar um rio cheio com toda a comitiva a cavalo. Para quem não é nordestino, talvez não entenda o que é um *rio cheio*, mas nem sempre há água nos cursos dos rios do sertão, e quando isto acontece, é uma festa. Água é vida, garantia a sobrevivência. O que me chamou atenção é que elas falaram praticamente com as mesmas expressões (as entrevistas foram feitas em dias e locais diferenciados), pois a

vivência dos fatos foram os mesmos. Apesar do tempo ter passado, a alegria foi resgatada pelas duas irmãs, mesmo que a reelaboração dos fatos fosse feita independentemente.

Como tratar das semelhanças nas palavras nos depoimentos? É ou não um desafio para o pesquisador? São perguntas que precisam ser respondidas. Isto aconteceu devido ao grau de parentesco? Acredito que não, pois o tempo poderia *apagar* da memória tantos detalhes que me foram relatados. Não houve um questionamento específico, para levar a uma ou a outra a relatar tais detalhes. Nem eu própria, sendo filha de Beta, sabia de tais detalhes, a mim revelados no momento da entrevista.

A dúvida da morte de João Suassuna durou bastante tempo na memória de Beta Fernandes, a ponto de, anos depois, ela ter *visto seu pai no escritório onde trabalhava*. Mais uma vez pensou que João Suassuna estava vivo. Ela era criança na época e não tinha presenciado o enterro do pai, daí ser difícil admitir a sua morte. A convivência simplesmente desapareceu, mas a morte não foi presenciada e vista por ela.

A morte de João Pessoa, ao contrário, foi divulgada e o próprio governo transformou-o em herói da Revolução. A capital da Parayba mudou de nome para João Pessoa e a sua bandeira, com as cores vermelha e preto, com a inscrição *Nego* tornou-se símbolo da Revolução de 30, de contestação.

Quanto à visita a João Dantas no presídio, em Recife, feita em momentos diferentes pelas entrevistadas, que acompanhavam a mãe, provocou nas meninas também reações diferentes. Beta Fernandes não se dava conta da gravidade da situação, que João Dantas estava no cárcere e condenado à morte. Ela estava interessada nas uvas que sua mãe levava a seu primo e torcia para que João Dantas não as quisesse e as desse a ela. Germana Villar teve outra reação. Ela sabia o que estava acontecendo e o que aquele lugar representava – falta de liberdade. Até hoje ela, Germana, não consegue entrar no antigo presídio, agora transformado em Casa da Cultura do Recife – as antigas selas foram transformadas em lojas de artesanato. Uma bela construção do século XIX, preservada pelo patrimônio histórico, que, para Germana, continua lembrando um lugar de tortura e morte. Volta a sua memória a morte de João Dantas e o fato de que ele não teve direito a qualquer tipo de defesa.

Como já foi dito, houve perseguições na Paraíba, as casas dos perrepietas foram saqueadas e quebradas. As famílias tiveram que fugir, ou se refugiarem nos quartéis do exército. Tinham que dormir junto à soldadesca no próprio quartel. Mesmo se refugiando em outro estado, os perrepietas colocavam em

frente de suas casas bandeiras vermelhas, indicando que eram *liberais*, para não serem atacadas pelos vitoriosos², como o que aconteceu com a família Suassuna quando se refugiou em Paulista.

Esta *luta* não foi mostrada pela historiografia, a única forma de resgate se deu através da História Oral.

As famílias opositoras ao sistema getulista, no calor da revolta, ficaram à mercê de suas próprias ações. A saída mais segura era o silêncio. As suas defesas não eram ouvidas, não tinha por que ouvi-las. A Revolução fora vitoriosa, o golpe implantado. Os perdedores tinham uma única saída naquele momento, o silêncio.

O que uma mulher viúva com uma família numerosa poderia fazer? A própria mulher não tinha espaço na sociedade. Apesar do silêncio, não houve *negação efetiva da experiência de vida*. Hoje as pessoas envolvidas em tanto silêncio estavam dispostas a quebrarem-no com a narração, pois elas são “o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória” (BOSI, 1988, p. 29)

É de suma importância a prática da história oral. Com responsabilidade e com cumplicidade, iremos resgatar tantos outros silêncios no decorrer da nossa história. O passado é incorporado ao presente sempre no ato de contar. Enquanto o indivíduo sobrevive, o tempo é seu. Não existe *no meu tempo*, o tempo sempre é do homem, enquanto ele tem noção da sua vida e pode contá-la.

O PODER E A ORDEM NA PARAÍBA NOS ANOS 20

Pensar o poder teoricamente, através das idéias foucaultianas, “é uma coisa; pensar o poder na década de 20 na Paraíba (Nordeste do Brasil) é outra coisa completamente diferente.” A partir dessa reflexão, comecei a pensar se era possível estabelecer alguns pontos em comum ou como a teoria poderia ser vista numa realidade tão diversa. Todas as minhas certezas foram colocadas em xeque, mas ao mesmo tempo tomei conhecimento de novas leituras e teorias, abrindo meu horizonte profissional. Tudo sofreu uma renovação, até e, principalmente, meu objeto de estudo. Ainda bem!

2. Depoimento de Beta Fernandes, em agosto de 1997, Recife, a rua Jacó Velosino, 117/100, Casa Forte.

Voltando ao tema a ser exposto, gostaria de analisar a questão do Poder na Paraíba, no período acima citado. O poder e a prática política estavam entrelaçados, através da política dos coronéis do sertão, ação bastante comum na época. Foucault preconiza que *“a política é uma vida e uma prática. Mas só se pode dedicar-se a ela através de uma escolha livre e voluntária... essa escolha deve ser fundamental no julgamento e na razão: única maneira de enfrentar, com firmeza, os problemas que podem se colocar”* (FOUCAULT, p. 94)

Havia um Nordeste comprometido politicamente com as famílias (donas do dinheiro e do mando). A partir daí, posso concordar com o início da citação, que diz ser a política uma vida, mas a prática dessas famílias não estava, na maioria das vezes, voltada ao bem comum, mas aos seus interesses particulares.

A oligarquia paraibana sempre foi muito forte e sobreviveu durante todo o período da República Velha. A estrutura política do estado não estava dentro dos padrões da escolha livre e voluntária, muito pelo contrário, as famílias que se intitulavam perfeitas para os cargos escolhiam seus candidatos, na maioria dos casos, filhos das famílias ou alguém que estivesse ligado a elas – como foi o caso dos Pessoa com relação a João Suassuna.

É necessário relatar um pouco a história dessa aliança.

Como se sabe, a família Pessoa controlava o poder político da Paraíba muito antes dos anos 20. Este domínio local tornou-se mais efetivo quando Eptácio Pessoa foi indicado para ocupar o cargo de Presidente da República, por ser considerado entre os paulistas e mineiros como pessoa neutra. É lógico que em nível local houve um reflexo positivo para a família Pessoa no Nordeste. Eptácio, desde dos estudos mais elaborados, foi para o Rio de Janeiro e assim morou pouco tempo na Paraíba. Mas a família, estabelecida no Estado, monopolizava a política. Por sua vez, em nível regional, a família Pessoa tinha os seus protegidos políticos, como fora o caso de João Suassuna.

João Suassuna vinha de uma família numerosa, sendo o nono de um total de dez filhos. A família não tinha nenhuma tradição política. João Suassuna foi o único filho que teve uma formação educacional completa. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, ponto de referência acadêmica àqueles que quisessem ter bons estudos, era a saída para aqueles que não queriam continuar vinculados à terra, como meio de sobrevivência. Depois de formado, Suassuna, voltou à Paraíba e ingressou na carreira burocrática do estado. Era natural de Catolé do Rocha, alto sertão paraibano, nasceu em 1886, do mês de janeiro. (19).

Quando da volta do bacharel Suassuna à sua terra natal, a família Pessoa, através de Antônio Pessoa, o adotou instruindo-o e fortalecendo-o

politicamente. Foi secretário da fazenda no governo Solon de Lucena, Juiz de Direito em alguns municípios, chegando até ocupar o cargo de Presidente do Estado no período 1924 – 1928. Havia um compromisso de que, após o término de seu mandato, o então presidente teria que apoiar a indicação de João Pessoa para ocupar o cargo. Tal compromisso foi honrado. Após os 4 anos de mandato de João Suassuna, o cargo foi ocupado novamente pela família Pessoa.

Lendo a obra de Linda Lewin, tive a comprovação das alianças familiares e de como eram fortes. Daí ser necessário transcrever o trecho onde ela diz: “A oligarquia Neiva/Pessoa da Paraíba usufruiu da distinção dúbia de ter sido, segundo um senador opositor, a primeira oligarquia fundada no Brasil. Por mais exagerada que tal acusação possa ser, a oligarquia paraibana mostrou-se certamente uma das de maior capacidade de adaptação na história da República Velha, pois sobreviveu, com a mesma liderança, mais do que a maioria das outras. É a afirmação de que se tratava de uma das mais antigas corresponde bem ao caso do Pessoa. Sua família estivera intimamente associada à oligarquia dominante desde o momento em que aderiu ao golpe de estado que obrigara D. Pedro II a renunciar ao trono, no final de 1889” (LEWIN, p. 7).³

A manutenção da oligarquia dava-se através de casamentos, apadrinhamentos e acordos políticos. No caso de João Suassuna, a aliança com o Pessoa se deu pelo apadrinhamento. Ele tornou-se afilhado de Antônio Pessoa, coronel local de Catolé – tio de Epitácio. É o Antônio que abre os caminhos para o *governador sertanejo*. Na época em foi indicado, Suassuna não teve apoio do meio urbano, pois era de origem sertaneja e a burguesia temia a continuação da aliança com os coronéis do interior. Mesmo havendo a oposição da facção urbana na indicação de João Suassuna, este foi empossado no governo. É claro, neste momento, o *Poder* dos Pessoa. Mesmo com uma facção em oposição, a vontade da família é concretizada. (Lewin, Linda: *Política e Parentela na Paraíba – um estudo de caso da oligarquia de base familiar*).

A família Suassuna era de origem interiorana, sem nenhuma tradição educacional e política voltada ao centro urbano. Ela estava ligada à produção de algodão e à criação de gado. João Suassuna foi o único filho que quebrou a *tradição* da família, mesmo havendo reação do pai para que o menino não estudasse. (fonte Raimundo Suassuna).⁴

3. Lewin, L.: *Política e Parentela na Paraíba – um estudo de caso da oligarquia de base familiar*.

4. Raimundo Suassuna, autor do livro sobre a família.

Não pretendo dizer com isto que João Suassuna não tivesse nenhuma relação com o sertão ou com a terra, pois comprou uma fazenda, a Acauã, mas sempre estava voltado ao centro urbano e às repartições de governo.

Os coronéis do sertão eram *donos* das cidades e os que escolhiam aqueles que seriam os representantes, seja nos municípios ou mesmo os secretários (dependendo da influência) do Estado. As eleições não retratavam a vontade dos eleitores, mas a vontade do coronel local. Todos deviam obedecer à orientação do coronel local, que era o verdadeiro dono das consciências políticas de cada indivíduo. Mais uma vez volta-se à questão que Foucault apresenta na obra “*O cuidado de si*”: não havia no Nordeste a expressão da vontade individual e consciente na escolha do representante. A escolha era dos donos do sertão – dos coronéis.

Outros estudos sobre os coronéis do Nordeste foram elaborados e um dos que merece destaque é a obra de El Soo Pang, sobre o coronelismo na Bahia. É lógico que de uma região para outra existiam as suas particularidades, mas pontos em comum estavam presentes, havendo identificações que uniam todo o Nordeste.

Voltando à questão do poder, Foucault apresenta um ponto, que considero fundamental:

“Enquanto a ética implicava uma articulação bem restrita entre o poder sobre os outros e, portanto, devia referir-se a uma estética da vida em conformidade com o status, as novas regras do jogo político tornam mais difícil a definição das relações entre o que se é, o que se fazer e o que se é obrigado a realizar; a constituição de si enquanto sujeito ético de suas próprias ações se torna mais problemática” (FOUCAULT – p. 91).

O que se pode fazer? E o que se pode realizar?

A realidade nordestina da década de 20 estava muito mais vinculada entre o poder individual e o poder sobre os outros. Assim também como as alianças e acordos políticos obrigavam os executivos a realizarem determinadas ações, não havia uma liberdade. Talvez esta liberdade ainda seja utopia, apesar de não haver os antigos coronéis do sertão, mas continuam alguns mecanismos de controle.

“... o sujeito ético de suas próprias ações se torna mais problemático” (FOUCAULT, p. 90), devido às alianças que estabelece, onde a vontade própria deixa de existir para obedecer à imposição do outro.

Os municípios que abrigavam as famílias poderosas da Paraíba, como os Neiva/Pessoa, por exemplo, poderiam ser vistos como Cidades-Estado, “...

um espaço onde os focos de poder são múltiplos, onde as atividades, as tensões, os conflitos são numerosos, onde eles se desenvolvem de acordo com as várias dimensões, e onde os equilíbrios são obtidos por meio de transações variadas”. (FOUCAULT – p. 89)

Os focos poderiam ser muitos, mas aparentemente estavam adormecidos ou quietos, pois a repressão acontecia por meio das armas. A aparente calma poderia ser, na verdade, uma bomba armada, pronta para ser disparada. As mortes poderiam acontecer, caso as ordens não fossem obedecidas.

Os exemplos acima foram relatados apenas para mostrar como a rede das oligarquias no Nordeste podia ser montada. Um processo complexo, mas que não poderia ser questionado ou colocado em xeque. A reação seria fatalmente acompanhada com a tragédia.

Assim estava montado o sistema do governo, ainda no final da República Velha. Na obra de Foucault, “Cuidado de si”, ainda há uma citação que pode resumir bem o que é a política paraibana em 1920/30.

“Sempre se é, de certa forma, governante e governado”. (FOUCAULT, p. 94)

Como poderíamos enquadrar João Suassuna, durante o seu governo? Em alguns momentos João Suassuna, o presidente, era governado pelos seus *tutores* políticos. Sem os tutores, fatalmente, João Suassuna não poderia se manter no poder, - exigia-se a eterna obediência à oligarquia.

“Na rede complexa do poder nunca se está só face aos próprios inimigos, fica-se exposto em toda as influências, às intrigas, aos complôs, aos descréditos. Para se ficar seguro seria preciso tomar cuidado em não ofender ninguém. Algumas vezes, deve-se temer o senado (...) por vezes aos particulares que receberam a autoridade do povo para exercer sobre o próprio povo. É bem difícil ter todas essas pessoas por amigas, já não basta tê-las como inimigos”. (FOUCAULT – p. 98/99)

A arte de governar é extremamente difícil, pois achar o ponto de equilíbrio e agradar a todos é impossível, quando se tem nas mãos o poder. A partir do momento em que João Suassuna quis *caminhar com as suas próprias pernas*, houve um desagravo por parte da família Pessoa. A amizade foi esquecida e a inimizade passou a ser alimentada. Após a morte de João Pessoa, o ex-governador Suassuna passou de *filho* a inimigo. Era o sistema da oligarquia paraibana e nordestina (de uma forma generalizada) naquele momento histórico.

“...governa-se a si mesmo para poder tomar o próprio lugar entre os outros, fazer valer a parte legítima de autoridade e, em geral, situar-se no jogo completo e móvel das relações de comando e de subordinação.” (FOUCAULT – p. 100)

Este tipo de prática é difícil e árduo para qualquer governante, raramente se conseguia uma posição de equilíbrio. A obediência era o ponto fundamental, para se manter no poder, caso não houvesse uma ligação direta com a oligarquia. Manter-se no poder e agir independentemente, poderia exigir do governante (afilhado) um eficiente jogo de cintura. A manutenção da ordem exigida na época e a obediência à oligarquia dos Pessoa estava presente no discurso de Suassuna, em 1927, apresentado à Assembléia Legislativa, no Rio de Janeiro.

“Os novos governos, de longa data a esta parte, se vem inspirando numa orientação uniforme, e no constante intuito de promover o bem comum, com louvável continuidade de propósitos, sem a preocupação ruínosa de contrariar uma obra do outro, seu antecessor. Esse tem sido um dos maiores estorvos das administrações estaduais e municipais em quase todas as circunscrições da República. A Paraíba, porém, abre honrosa excepção”. (SUASSUNA, p. 63)

A coesão da oligarquia paraibana durante toda a República Velha era eficiente e real, já que havia uma continuação do *equilíbrio* político, mesmo mudando os membros, na representação governamental. O depoimento de Suassuna reforça o que Linda Lewin aponta em seu livro – a forma única como a política paraibana funcionou entre 1889 – 1930.

“O exercício da autoridade política subordinada às alegações de linhagem, constituem outro aspecto herdado pelo sistema paraibano do período da conquista e ocupação. Essas alegações normalmente inseparáveis das reivindicações pela propriedade da terra, reclamavam prerrogativas políticas em virtude da filiação a uma família pioneira ou tradicional” (LEWIN – p. 52)

Os casamentos eram negociados e arrumados de tal maneira para que as famílias influentes permanecessem no poder. Era bastante comum colocar pessoas de uma mesma família (conceito mais amplo – abrangendo cunhados, genros, etc ...) em lados opostos, pois caso a situação ou a oposição fosse vitoriosa, haveria sempre representação lógica da oligarquia.

Há um outro depoimento de Suassuna bastante interessante, referente à autonomia dos seus secretários. Admite o então governador do estado que tal autonomia era necessária para que houvesse um bom funcionamento da máquina administrativa.

“Tais funcionários como se sabe, precisam estar a coberto de umas tantas contingências, para que possam exercer os seus cargos com a hombridade, o desassombro e a independência imprescindíveis à própria dignidade funcional”. (SUASSUNA, p. 60)

Apesar da rede de controle das ações políticas, havia, por outro lado, a *independência* dos funcionários, mas não era total, logicamente. Seria o início de um exercício dentro das idéias liberais e não dentro do padrão democrático que hoje adotamos e, mesmo assim, não atinge a plenitude.

O PODER E A ORDEM

São duas palavras – poder e ordem – que estão interligadas como justificativa para o sucesso do sistema republicano, principalmente na fase inicial. A ordem era reflexo de como o poder estava sendo ministrado.

João Suassuna apresentou, em 1925, à Assembléia Legislativa sua primeira prestação de contas como governador da Paraíba, onde dizia o seguinte:

“Procuramos honrar os propósitos que proclamei e trouxe para a administração tudo que tenho empenhado em bem da ordem, que felizmente vem sendo cabalmente assegurada com a paz de todos e a repressão do banditismo.” (SUASSUNA, p. 05)

O banditismo desde o século XIX até 1940 foi um dos grandes problemas do Nordeste. Na maioria dos casos, o banditismo representou como uma conseqüência econômica de um lado, contra os cangaceiros – homens simples sem direito a terra.

Para se manter a ordem na Paraíba entre 1925/1928, foi montado um esquema de repressão ao banditismo extremamente forte. Armas (fuzis) de última geração foram compradas e praças destinados ao combate foram, especialmente, designados. O esquema foi tão bem montado que o Estado da Paraíba prestou socorro ao Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Pernambuco – expulsando os “cabras” dos municípios que invadiam. Nas mensagens de 1926, há inúmeras cartas enviadas ao governador agradecendo o envio das tropas e a expulsão dos bandidos. Esta eficiência de combate ao banditismo se deu por causa da coesão da oligarquia paraibana. A questão da lealdade era fundamental, como diz Lewin: “... os pequenos agrupamentos de facções a que os políticos eram congruentes com a organização segmentar se suas próprias famílias extensas. (...) A influência dos vínculos de sangue e casamento

sobreviveu com particular vigor na vida política desse Estado, acentuando, nas primeiras décadas deste século, uma dependência com relação a laços de família e parentesco, que outrora havia caracterizado de um modo mais manifesto a organização política em todo o Brasil”. (LEWIN, pp. 8 e 9)

As dívidas de proteção, de cargos políticos e de favores mútuos faziam com que a manutenção da oligarquia fosse sendo exercida. Ainda hoje, na Paraíba, há uma prática de *preservação* da família através dos casamentos. Um exemplo desta prática é presente na família Dantas. Casam-se entre si, mantendo assim a terra, o bem maior. Politicamente não tem mais tanta força, mas a herança de um tempo permanece na cabeça dos mais velhos.

O mito da família Pessoa continua muito forte na Paraíba, principalmente com a morte de João Pessoa. A morte do presidente causou uma grande comoção social, a ponto da capital trocar de nome: João Pessoa. Não só o nome da capital foi mudado, mas também a própria bandeira do Estado. Perpetuou-se a oligarquia dos Pessoa. Daí perceber-se a força que eles possuíam, ou ainda tem. Os Pessoa fazem parte da história paraibana, talvez de todas as oligarquias e alianças estabelecidas, eles representem a maior herança de uma época. Mesmo os inimigos políticos reconheciam a força da família.

É interessante ver como se deu a construção da oligarquia paraibana e perceber os mecanismos que ela utilizou para se manter no poder. O poder estava nas suas mãos e ela soube conservá-lo e permanecer tanto tempo no poder. Mesmo com a morte de João Pessoa, a família continuou construindo suas alianças em níveis locais.

Certamente ainda haverá muitos pontos a esclarecer. A Paraíba teve uma participação bastante significativa na história da República do Brasil. Compreender a trajetória da família ou da oligarquia Pessoa é compreender também acontecimentos importantes desse período histórico.

• • •

BIBLIOGRAFIA

BOSI, A. O tempo e os tempos. In: *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, E. *Lembranças de velhos – Memória e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CALDAS, J. M. *Porque João Dantas assassinou João Pessoa: O delito do “Glória” e a Tragédia penitenciária do Recife, em 1930*. Rio de Janeiro: Est. de Arte Graficas, 1931.

CARONE, E. *A república velhas (1889 – 1930)*.

DECCA, E. *A revolta dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FONTANA, J. Estado, nación e identidad. In: *Travesia*. nº 01, segundo semestre de 1998, pp 5-16.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, s.d.

JOFFILY, J. *Revolta e revolução: cinquenta anos depois*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LÉLIS, J. *A campanha de Princesa*.

LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de casos da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NOVAES, A. Sobre tempo e a história. In: *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão – a Revolução Mundial e o Brasil – 1932 – 1935*.

SUASSUNA, J. *Mensagens: 1925 a 1928 – apresentadas a Assembléia Legislativa (Rio de Janeiro)*.

VIDAL, A. *Revolução Paraibana*.

Jornal: *Jornal do Commercio*, 1930 meses de março a julho.

Depoimentos (meses de agosto de 1997): Beta Fernandes, Germana V. Suassuna e João Suassuna Filho.